



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

93
~

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0314087-2
APELANTE: Município de Gameleira
APELADO: José Dias da Silva
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. RESTABELECIMENTO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. 1. A estabilidade financeira do apelado foi deferida pela Portaria nº 0106/04, com fulcro na Lei Municipal nº 884/1994. 2. A revogação da Lei Municipal nº 884/1994 pela Lei Municipal nº 1.031/2006 e a vedação de concessão de novas estabilidades financeiras pela novel legislação não têm o condão de revogar a estabilidade financeira já adquirida pelo apelado. 3. Escorreita, pois, a sentença recorrida, no que tange ao deferimento do direito ao restabelecimento da estabilidade. Precedente deste TJPE. 4. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, apenas em ordem a reduzir os honorários de sucumbência, fixando-os no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0314087-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0314087-2
APELANTE: Município de Gameleira
APELADO: José Dias da Silva
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Gameleira nos autos da **ação ordinária** nº 0000483-57.2008.8.17.0630, que julgou procedente o pedido autoral, assegurando ao ora apelado a incorporação definitiva da gratificação no percentual de 50% sobre seu vencimento-base, condenando, ainda, o apelante ao pagamento dos valores em atraso, a partir de janeiro de 2005.

A sentença apelada também condenou o apelante ao pagamento de honorários de sucumbência no percentual de 20% sobre o valor da condenação (fls. 50/52).

O Município formulou as **razões** de apelo de fls. 58/61, aduzindo: (i) suspendeu, em 2005, o pagamento da gratificação em apreço, tendo em vista que a mesma não era devida, de vez que a Lei Municipal nº 1.031/2006 revogou a Lei Municipal nº 884/1994; (ii) a Lei Municipal nº 1.031/2006 veda a concessão de estabilidade financeira; (iii) inexistente direito adquirido a regime jurídico.

As contra-razões foram apresentadas intempestivamente (fls. 65-v).


A douta Procuradoria de Justiça declinou de sua participação no feito. (fls. 86).

Registro, por fim, que a medida antecipatória foi deferida em 11/12/2008, determinando a reimplantação da vantagem em apreço. (fls. 18/19).

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 13 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

94

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0314087-2
APELANTE: Município de Gameleira
APELADO: José Dias da Silva
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito no relatório, o pleito do apelado consiste no restabelecimento de sua estabilidade financeira, cujo pagamento foi suspenso em janeiro de 2005.

Analisando a documentação carreada aos autos, verifico que o apelado, servidor público efetivo do Município apelante (fls. 09), teve sua estabilidade financeira deferida pela Portaria nº 0106/04, constante das fls. 13 dos autos, nos seguintes termos:

(...) para lhe conceder estabilidade financeira, incorporando aos seus vencimentos do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO PE - 12, a gratificação no valor de 50% (cinquenta por cento).

Dita Portaria fundou-se no artigo 1º da Lei Municipal nº 884/94, que dispunha (fls. 08):

Art. 1º - Aos funcionários efetivos estatutários é garantida a estabilidade financeira, quanto à gratificação ou comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou sete intercalados, facultada a opção de incorporar a de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a doze meses.

O Município apelante argumenta que a exclusão da vantagem em foco se deu em virtude da edição da Lei Municipal nº 1.031/2006, que revogou a Lei Municipal nº 884/1994 (que previa o instituto da estabilidade financeira) e, bem assim, vedou expressamente a concessão dessa vantagem.

No entanto, não se vislumbra nesses argumentos justificativa plausível para a suspensão do pagamento da estabilidade, eis que o requerente já havia preenchido os requisitos legais ao recebimento da vantagem, o que inclusive restou formalizado pela Portaria nº 0106/04.

Registro, ainda no ponto, que o art. 3º da Lei Municipal nº 1.031/2006, dispõe:

É vedada a concessão da estabilidade financeira, quanto a gratificação ou comissão percebida a qualquer título, exceto as anteriores garantidas por lei.

Escorreita, pois, a sentença recorrida, no que tange ao deferimento do direito ao restabelecimento da estabilidade.

Nesse mesmo sentido já decidiu este Tribunal:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MUNICIPAL. SUPRESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. INCOPORAÇÃO DEVIDA. ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 884/94. REMESSA OFICIAL IMPROVIDA. 1. Nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 884/94, o servidor do Município de Gameleira que então aferiu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

95+

gratificação por cinco anos ininterruptos ou sete intercalados, como na espécie, tem direito adquirido à sua estabilidade financeira. 2. Precedentes citados. 3. Duplo grau obrigatório à unanimidade improvido, para manter os termos da segurança concedida, com efeitos financeiros desde a data da impetração..” (DG nº149985-8. Comarca: Gameleira. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 3/05/2007).

Por fim, em sede de reexame necessário, observo que merece reparo o *decisum* de primeiro grau na parte em que fixou os honorários de sucumbência no percentual de 20% sobre o valor da condenação.

Isso porque, considerando os valores constantes da planilha de fls. 38 e o efetivo desempenho do patrono do apelado, e bem assim os parâmetros adotados neste Colegiado para casos do gênero, tenho por adequada a fixação dos honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, apenas em ordem a reduzir os honorários de sucumbência, fixando-os no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

É como voto.

Recife 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator